

JORNAL DO SENADO

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO FEDERAL

ANO VIII – Nº 1.592 – BRASÍLIA, SEGUNDA-FEIRA, 4 DE NOVEMBRO DE 2002

Senadores analisam a transição no poder

Juvêncio da Fonseca acredita que a transição será planejada e consistente. Romero Jucá anuncia apoio do PSDB para que o governo de Lula cumpra promessas. E Roberto Requião exige renúncia da cúpula dirigente de seu partido, o PMDB.

PÁGINA 7

Wilson propõe apoio à agricultura familiar

Idéia do senador Carlos Wilson é estabelecer preferência, nos programas governamentais de distribuição de alimentos, à compra de gêneros oriundos de unidades produtivas de caráter familiar ou de pequeno porte.

PÁGINA 6

Alcântara: tratamento de doentes mentais avança

Lúcio Alcântara comenta dados da Organização Mundial de Saúde mostrando que, dos 340 milhões de pessoas que sofrem de doenças mentais, apenas 25% têm acesso a tratamento adequado. Apesar dos números, o senador aponta avanços no Brasil.

PÁGINA 8



Fotos: José Cruz

Lobão (ao microfone) é autor de projeto que beneficia população carente na concessão de bolsas de estudo

Senado pode regulamentar bolsa de estudo

Objetivo de projeto na pauta é beneficiar família com renda até limite de isenção do IR

A concessão de bolsas de estudo com recursos públicos pode ser regulamentada por dois projetos de lei que constam da pauta de amanhã do Senado. As propostas, do senador Edison Lobão e do deputado Ubiratan Aguiar, serão examinadas na forma de substitutivo elaborado pela senadora Maria do Carmo Alves. Lobão quer beneficiar famílias carentes e Aguiar pretende limitar a concessão a locais onde não houver vaga na rede pública.

PÁGINA 3

A poesia ocupa o Plenário: homenagem a Drummond

O Senado dedicou a primeira parte da sessão plenária de quinta-feira a homenagear o centenário de Carlos Drummond de Andrade. Um dos destaques da solenidade foi a exibição de um vídeo de 14 minutos, produzido pela TV Senado, mostrando os fatos mais marcantes da vida e obra literária do poeta mineiro, com depoimentos de amigos, leitura de poemas e gravações feitas com o próprio Drummond. Os senadores José Sarney, Francelino Pereira, José Alencar, Tião Viana e Lúcio Alcântara discursaram para exaltar o legado de um dos maiores poetas da língua portuguesa.

PÁGINAS 4 E 5

O vídeo produzido pela TV Senado registra momentos marcantes da vida e da obra de Carlos Drummond de Andrade





Roosevelt Pinheiro

Em palestra no Interlegis, Jerônimo Jardim destacou política de segurança

Segurança em sistemas de computadores

O coordenador do curso de Pós-Graduação em Segurança em Redes de Computadores da Universidade Católica, professor Jerônimo Osvaldo Dias Jardim, proferiu palestra quinta-feira, no auditório do Interlegis, sobre as novas tecnologias disponíveis para segurança de informações corporativas e suas vulnerabilidades. Para o professor, o fator chave em segurança da informação é a conscientização do usuário.

Segundo Jerônimo Jardim, qualquer corporação precisa ter uma política de segurança bem definida. Ele citou diversos casos de invasão de redes de computadores em grandes empresas e governos que pensavam estar seguros por terem implementado medidas básicas de segurança. De acordo com o professor, além do treinamento de uma equipe multidisciplinar, é preciso manter um canal de consultas externas para assegurar atualização da defesa.

— Diariamente são criados de oito a dez vírus de computador no mundo todo — explicou.

Ele acrescentou que o mais grave não são os vírus, mas os chamados “cavalos de Tróia”, que dão ao atacante o controle sobre as máquinas da rede.

Livro editado pelo Senado vai disputar Prêmio Jabuti

Trabalho coordenado por Edison Lobão relata história da Emenda Constitucional nº 1, promulgada pela junta militar

O Senado Federal vai inscrever o livro *A Constituição que não foi – História da Emenda Constitucional nº 1, de 1969*, para concorrer ao Prêmio Jabuti de 2003, instituído pela Câmara Brasileira do Livro. Sob a coordenação do senador Edison Lobão (PFL-AM), o livro conta os passos que antecederam a promulgação da emenda. No prefácio do livro, o senador presta uma homenagem a Pedro Aleixo, seu amigo pessoal e, à época, vice-presidente da República, designado pelo presidente Costa e Silva para coordenar a revisão constitucional.

Depois de três meses de árduo trabalho redigindo a emenda, quando esta seria promulgada em 1º de setembro, Pedro Aleixo não viu seus sonhos se realizarem, conta Lobão. Costa e Silva amanheceu gravemente doente no dia 29 de agosto, vindo a falecer depois. Ele lembra que a junta militar que assumiu o poder não permitiu que Pedro Aleixo assumisse a Presidência da República por este ter se pronunciado contra o AI-5 e ser favorável à reabertura do Congresso. No dia 17 de outubro de 1969, a junta militar promulgava a Emenda

Constitucional nº 1, com modificações substanciais em relação ao que Pedro Aleixo havia escrito. A emenda praticamente cancela a Constituição de 1967, sendo considerada, pelos juristas, quase uma Constituição. O novo texto endurece mais ainda o regime militar instalado em 1964.

O livro será inscrito nas categorias Reportagem e Biografia e Projeto/Produção Editorial do Prêmio Jabuti. A obra foi impressa na Secretaria Especial de Editoração e Publicações (Seep) do Senado Federal.

Curso ensina secretários parlamentares a elaborar emendas ao Orçamento da União

Com a presença do diretor-geral do Senado, Agaciel da Silva Maia, foi aberto quinta-feira o treinamento do secretariado parlamentar para elaboração de emendas à proposta orçamentária para 2003. O objetivo do treinamento é aprofundar o conhecimento dos secretários parlamentares sobre os procedimentos de elaboração de emendas à despesa, à receita, ao cancelamento de despesas e ao texto do projeto de lei orçamentária.

Ao abrir os trabalhos, Agaciel Maia destacou o empenho do Senado na valorização do servidor da Casa, seja ele efetivo ou comissionado. De acordo com o diretor-geral, a meta é “investir cada vez mais na formação dos servidores”.

— Isso leva à melhoria da qualidade do trabalho. Quanto melhor trabalhar o parlamentar, melhor será a imagem do Legislativo, e quanto melhor o Legis-



Agaciel Maia destacou empenho do Senado na valorização dos servidores

lativo, mais forte vai estar a democracia no Brasil — afirmou.

Agaciel comentou que o Parlamento brasileiro é o primeiro do mundo a ter uma universidade, a Unilegis, que já funciona com um curso de pós-graduação de Direito Legislativo, com 140 alunos. A Universidade do Legislativo terá em breve cursos de aperfeiçoamento, aprendizagem, reciclagem, especialização e, futuramente, de

graduação, informou o diretor-geral do Senado.

O consultor-geral da Consultoria de Orçamento, Fiscalização e Controle do Senado Federal (Conorf), José Rui Costa, também participou da solenidade de abertura do evento. Ele apontou a redução de recursos para investimento no Orçamento de 2003 — cerca de R\$ 7,2 bilhões — e disse que o treinamento vai facilitar o preenchimento das emendas por parte dos parlamentares, o que dará maior rapidez na elaboração dos relatórios setoriais.

O treinamento do secretariado parlamentar é realizado pela Conorf, pela Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira da Câmara dos Deputados (Coff) e pelo Instituto Legislativo Brasileiro (ILB), do Senado.



AGENDA

SEGUNDA-FEIRA, 4 DE NOVEMBRO DE 2002

PLENÁRIO

14h30 — Sessão não deliberativa

PREVISÃO

PLENÁRIO

Terça-feira

14h30 — Sessão deliberativa ordinária

Pauta: PLC nº 11/98, regulamenta o parágrafo 1º do artigo 213 da Constituição federal; PLS nº 59/99 (tramita em conjunto com o PLC nº 11/98), que trata do Programa Nacional de Bolsas de Estudo; e PDLs aprovando atos que autorizam o funcionamento de rádios comunitários.

Quarta-feira

14h30 — Sessão deliberativa ordinária

Pauta: PDLs aprovando atos que autorizam o funcionamento de rádios comunitários.

Quinta-feira

10h — Sessão deliberativa ordinária

Pauta: PDLs aprovando atos que autorizam o funcionamento de rádios comunitários.

Sexta-feira

9h — Sessão não deliberativa

COMISSÕES

Terça-feira

10h — Comissão de Assuntos Econômicos

Pauta: PLS nº 15/02, dispõe sobre isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) para taxistas; PLS nº 157/00, acrescenta dispositivos à CLT, para criar mecanismos de proteção do emprego dos trabalhadores de empresas em processo de fusão, incorporação e agrupamento societário; PLC nº 63/01, dá nova redação ao artigo 12 da Lei nº 7.713, de 22 de dezembro de 1988, que trata da incidência do Imposto de Renda sobre os rendimentos recebidos acumuladamente; PLS nº 254/01, cria o Programa Especial de Pecúlio Estudantil; PLS nº 257/01, dispõe sobre a compra de produtos alimentícios destinados aos programas governamentais de distribuição de alimentos e combate à fome; PLS nº 25/00, altera a Lei nº 8.692, de 28 de julho de 1993 (dispõe sobre o Sistema Financeiro da Habitação); PLS nº 145/01, altera o artigo 94 da Lei nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991, que dispõe sobre a política agrícola; PLS nº 60/02, dispõe sobre o parcelamento de débitos relativos às contribuições de estados, do Distrito Federal e municípios ao PASEP; PLS nº 53/01, modifica o art. 15, § 1º, inciso II, da Lei nº 9.424, de 24 de dezembro de 1996, e o art. 2º da Lei nº 9.766, de 18 de dezembro de 1998, que dispõem sobre o salário-educação; Mensagem nº 290/02, encaminha ao Senado a programação monetária para o 4º trimestre de 2002; Mensagem nº 295/02, encaminhando ao Senado autorização para a contratação de operação de crédito externo no valor de até US\$ 5 milhões entre o Brasil e o BID, destinada a financiar, parcialmente, o Programa de Apoio à Modernização do TCU; PLS nº 144/02, altera a Lei nº 55.862/72, que autoriza o Poder Executivo a constituir a empresa pública denominada Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária (Infraero), para determinar que as aplicações de recursos feitos por estados e municípios em aeroportos administrativos pela Infraero sejam convertidas em aporte de capital na referida empresa; entre outros. Ala Senador Alexandre Costa — Sala 19

JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (61) 311 3137

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Ramez Tebet
1º Vice-Presidente: Edison Lobão
2º Vice-Presidente: Antonio Carlos Valadares
1º Secretário: Carlos Wilson
2º Secretário: Antero Paes de Barros
3º Secretário: Ronaldo Cunha Lima
4º Secretário: Mozarildo Cavalcanti
Suplentes de Secretário: Alberto Silva, Marluce Pinto e Maria do Carmo Alves

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Vagner Caldeira
Diretora da Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3573
Diretor da Agência Senado: Antonio Caraballo (61) 311-3327

Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, Iara Altafin, João Carlos Ferreira da Silva e José do Carmo Andrade

Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho, Osmar Miranda e Iracema F. da Silva

Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéias Dantas de Moraes, Eny Junia Carvalho e Rita Avelino

Tratamento de Imagem: Edmilson Figueiredo

Arte: Cirilo Quartim

Circulação e Atendimento ao leitor: John Kennedy Gurgel (61) 311-3333

O noticiário do *Jornal do Senado* é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes
Ed. Anexo I do Senado Federal,
20º andar
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela
Secretaria Especial
de Editoração e
Publicações

Plenário vota normas sobre bolsas de estudo

Proposta prevê o custeio, total ou parcial, das mensalidades de alunos carentes matriculados em escola do setor privado. Também estabelece prioridade para investimento na expansão da rede de ensino municipal e estadual

O Senado deve votar amanhã normas destinadas a regulamentar a concessão de bolsas de estudo com recursos públicos, no âmbito da educação básica. São projetos do senador Edison Lobão (PFL-MA) e do deputado Ubiratan Aguiar (PSDB-CE) que serão apreciados na forma de substitutivo elaborado pela senadora Maria do Carmo Alves (PFL-SE).

A proposta de Edison Lobão institui o Programa Nacional de Bolsas de Estudo, destinado a custear, total ou parcialmente, os encargos educacionais legalmente cobrados por instituições de educação básica que se enquadrem como confessionais, comunitárias ou filantrópicas, em benefício de estudantes cuja renda familiar não ultrapasse o limite de isenção do Imposto de Renda.

Lobão argumenta que a importância das bolsas de estudo para a educação básica é inquestionável, principalmente na conjuntura econômica atual, "em que o número de desempregados tem aumentado consideravelmente e a classe média tem tirado seus filhos das escolas particulares e passado para as públicas". Em sua opinião, essa realidade exige uma ação governamental permanente, em benefício da população mais carente.

O projeto do deputado Ubiratan Aguiar prevê que a destinação de recursos públicos para bolsas de estudo no ensino fundamental e médio será admitida somente quando houver falta de



Fotos: José Cruz

Lobão diz ser inquestionável a necessidade do benefício na atual conjuntura



Relatora das matérias, Maria do Carmo Alves apresentou substitutivo na CCJ

vagas e de cursos regulares da rede pública na localidade de residência do aluno. Simultaneamente à concessão dessas bolsas, o poder público deverá investir prioritariamente na expansão da rede de ensino municipal e estadual.

Relatora dos dois projetos na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Maria do Carmo Alves manifestou-se favorável às duas propostas, mediante substitutivo aprovado também pelas Comissões de Assuntos Econômicos e de Educação.

EMISSORAS DE RÁDIO

Também nesta semana, o Senado vota projetos de decretos legislativos autorizando o funcionamento de 12 emissoras de rádio pertencentes às seguintes entidades: Associação Comunitária de Junqueirópolis (SP); Associação

Comunitária Cativa, de Rio Brillante (MS); Associação de Comunicação Vale do Rio Pardo, de Santa Rita do Pardo (MS); Associação Comunitária de Rádio FM/Bandeirantes, de Bandeirantes (MS); Associação Movimento Rádio Comunitário Paixão FM, de Pardinho (SP); Associação de Desenvolvimento Comunitário de Castelo do Piauí (PI); Associação Beneficente e Filantrópica Nossa Senhora de Fátima, de Piquet Carneiro (CE); Fundação para Assistência Social e Desenvolvimento de Irapuan Pinheiro (CE); Associação Beneficente e Cultural Comunitária Erval Seco (RS); Associação Cultural e Comunitária Normário Sales, de Jussari (BA); Associação Comunitária Mundo Melhor, de Mogi-Guaçu (SP); e Rádio Comunitária Nova Erechim FM, de Nova Erechim (SC).

CAE analisa autorização de empréstimos

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) examina nesta quarta-feira, a partir das 10h, mensagem presidencial solicitando autorização para contratação de crédito externo de US\$ 5 milhões com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Os recursos destinam-se a financiar parcialmente o Programa de Apoio à Modernização do Tribunal de Contas da União (TCU).

Outra mensagem presidencial incluída na pauta da CAE é a que



Proposta de Osmar Dias abre crédito para a compra de geradores por empresa

encaminha a programação monetária para o quarto trimestre de 2002. O documento reúne informações sobre a economia no terceiro trimestre e a política monetária no segundo trimestre de 2002. Também são incluídas as perspectivas da economia para o quarto trimestre.

Deverá ainda ser examinado pela CAE, em caráter terminativo, substitutivo do senador Carlos Bezerra (PMDB-MT) a projeto de autoria do senador Osmar Dias

(PDT-PR) que cria uma linha de crédito no Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) destinada a financiar a compra de geradores de energia elétrica por qualquer empresa instalada no país.

O substitutivo estipula que os recursos poderão ser emprestados às empresas mediante juros de 6% ao ano e prazo de sete anos para a quitação do débito, com um de carência. A proposta original previa a mesma taxa de juros, mas um prazo maior, de dez anos, com três de carência. O relator preferiu estabelecer um prazo menor, por considerá-lo mais compatível com o tempo de vida útil do equipamento a ser adquirido.

Aprovada denominação de ponte rododiferroviária

O Plenário aprovou na quinta-feira projeto da Câmara que homenageia os dois idealizadores de ponte que liga os estados de São Paulo e Mato Grosso do Sul, dando o nome de Senador Vicente Vuolo à parte ferroviária e de Deputado Roberto Rollemberg à parte rodoviária. A proposta será agora encaminhada à sanção presidencial.

Os dois parlamentares tiveram papel destacado no esforço pela construção da ponte sobre o Rio Paraná, que une os municípios de Rubinéa (SP) e Aparecida do Taboado (MS), dentro de um empreendimento mais amplo que prevê a futura extensão da ferrovia a Cuiabá (MT) e depois a Santarém (PA).

Em parecer favorável ao projeto, o relator, senador Juvêncio da Fonseca (PMDB-MS), classificou Vicente Vuolo e Roberto Rollemberg como "batalhadores incansáveis" pela construção da ponte rododiferroviária. Coube a Vuolo, ainda na década de 70, a iniciativa de apresentar um projeto para incluir o trecho no Plano Nacional de Viação.

Os senadores aprovaram ainda nove projetos de decreto legislativo que autorizam o funcionamento de emissoras de rádio e televisão. Todos serão agora promulgados. Um dos projetos reno-

va a concessão da TV Oeste do Paraná, em Cascavel (PR).

Poderão operar serviços em frequência modulada o Sistema Lageado de Comunicação, em Goiânia (GO); Herrera Grillo Publicidade, em Sarutaiá (SP); e Mercom Brasília Comunicação, em Santo Antônio da Alegria (SP). Foi outorgada permissão à emissora Porto de Cima Rádio e Televisão para explorar serviço em ondas médias em Paranaguá (PR).

Receberam autorização para operar serviços de radiodifusão comunitária as seguintes entidades: Associação Comunitária de Voluntários e Casais de Jardinópolis (SP); Associação Movimento Comunitário com Rádio Local Panorama FM, em Custódia (PE); Associação Cultural, Social e Artística da Cidade de Lavínia (SP); e Associação de Moradores do Bairro Esplanada de Pacaembu (SP).

Foi acolhido requerimento do senador Geraldo Melo (PSDB-RN) que determina o reexame, pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), do projeto de lei do senador Pedro Simon (PMDB-RS) que prevê a impenhorabilidade de máquinas e equipamentos agrícolas, desde que pertencentes a pessoa física ou jurídica produtora rural.

Waldemar Rodrigues



José Cruz



Roosevelt Pinheiro



Foram designados Jorge Bornhausen, Freitas Neto e Benício Sampaio

Indicados observadores à Assembléia Geral da ONU

Os senadores Jorge Bornhausen (PFL-SC), Freitas Neto (PSDB-PI) e Benício Sampaio (PPB-PI) participarão, como observadores, da Assembléia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU), em Nova York. A designação dos parlamentares, feita pelo presidente do Senado, Ramez Tebet, foi aprovada na quinta-feira pelo Plenário. Os três senadores deverão participar dos debates da ONU durante dez dias em novembro.



Os 100 anos de nascimento do poeta maior do Brasil foram lembrados quinta-feira pelo Plenário. Na homenagem, proposta por Tião Viana, Lúcio Alcântara e José Sarney, foram ressaltadas a importância, a modernidade e a singeleza da vasta obra literária deixada pelo autor nascido na cidade mineira de Itabira.

Senado comemora centenário de Drummond

O Senado dedicou a primeira parte da sessão plenária de quinta-feira para comemorar o centenário de nascimento do poeta mineiro Carlos Drummond de Andrade. O requerimento foi apresentado pelos senadores Tião Viana (PT-AC), Lúcio Alcântara (PSDB-CE) e José Sarney (PMDB-AP) – este, amigo do poeta durante décadas. Presentes à sessão, amigos e admiradores do poeta.

Como parte da homenagem, foi exibido vídeo de 14 minutos, produzido pela TV Senado, que registra os fatos mais marcantes da vida e da obra literária de Drummond, com depoimentos de amigos, leitura de poemas e gravações feitas com o poeta. “Não sou um ser gregário que se compromete fisicamente com defesa de bandeiras. Não tenho essa pretensão”, disse Drummond, confirmando sua fama de homem discreto e tímido.

Ao encerrar a cerimônia, o vice-presidente do Senado, Edison Lobão, afirmou que a homenagem “a esse gigante da poesia e grande mestre da literatura que valoriza e prestigia as letras brasileiras” ficará nos Anais do Senado como uma das mais justas já prestadas pela Casa.



Fotos: José Cruz

Durante a primeira parte da sessão, senadores destacaram os fatos mais marcantes da vida e obra de Carlos Drummond de Andrade

“Uma sublime lição de talento e grandeza humana”, diz Francelino

“Drummond brasileiro de Minas, Drummond mineiro de Itabira e uma das mais altas vozes da poesia mundial no século 20. Passados 100 anos do seu nascimento, Carlos Drummond de Andrade continua presente na lembrança do seu povo como o poeta que nos deixou, para sempre, uma sublime lição de talento literário e de grandeza humana”, destacou o senador Francelino Pereira (PFL-MG)



Francelino: Drummond continua na lembrança como o poeta que deixou lição de talento literário

durante a homenagem. Para o senador, Drummond “carregou Minas na algibeira da saudade pela vida afora, como sinete marcado a ferro e fogo, daqueles elementos que nos forjam o caráter e nos fortalecem o espírito”.

Em sua obra, revelou-se “essencialmente mineiro, visceralmente mineiro, literalmente e literariamente mineiro”, acrescentou Francelino, que parabenizou a prefeitura de Itabira (MG), cidade onde nasceu o poeta, pela iniciativa de comemorar o centenário de nascimento de Drummond.

“Espírito de Minas, me visita/e sobre a confusão desta cidade, onde voz e buzina se confundem,/ lança teu claro raio ordenador”, lembrou Francelino ao ler, da tribuna do Plenário, versos do poeta na sua chegada ao Rio de Janeiro, ainda moço.

Para Alcântara, autor democratizou a poesia com o estilo singelo

Primeiro senador a discursar na homenagem a Carlos Drummond de Andrade, Lúcio Alcântara (PSDB-CE) destacou o aspecto “intrigante” da obra do poeta: a modernidade, representada pela simplicidade. O senador observou que, tradicionalmente e até o advento de Drummond, a poesia expressava-se por um texto obscuro e, ao mesmo tempo, convencional.



Alcântara destacou a modernidade e simplicidade na obra drummondiana

A linguagem, disse o senador, mostrava-se opulenta e luxuriosa em um estilo que utilizava os recursos clássicos da retórica. O poeta mineiro, disse Alcântara, com a simplicidade de sua poesia e “por fugir às regras da tradição, desconcertou o leitor habitual de poemas”, que, no entanto, em pouco tempo estava encantado por aquele novo estilo de fazer poesia.

– Os poemas de Drummond são de tal modo singelos e significativos que democratizaram a poesia e tornaram-se amados pelo grande público – enfatizou.

Alcântara frisou a consagração do homenageado entre os críticos literários e a riqueza da obra drummondiana, que, segundo ele, “quebrou os tabus da dificuldade em se comunicar com o outro e o semelhante”. Elogiou, ainda, a coerência ética do poeta, que adotava a simplicidade em sua vida, recusando demonstrações de bajulação ou títulos honoríficos.

Alencar considera que obra do poeta é porta de acesso à boa literatura

Democratizar o acesso à leitura e aos bons escritores de língua portuguesa para que ninguém fique excluído do direito de emocionar-se, sensibilizar-se e humanizar-se é, na opinião do senador José Alencar (PL-MG), uma das tarefas mais urgentes a serem colocadas em prática no país.

Alencar, vice-presidente da República eleito, fez a afirmação ao homenagear o centenário de nascimento do poeta Carlos Drummond de Andrade. Para ele, Drummond, “um fenômeno das letras nacionais”, talvez seja a melhor porta de acesso à boa literatura para aqueles que não tiveram a oportunidade de concluir o ensino fundamental e de usufruir de um ensino de qualidade.

Drummond, observou Alencar, “conseguiu, como poucos, agradar a muitos”. É por isso, salientou, que não existe um brasileiro que ainda nos bancos escolares não tenha “sentido deslumbramento” ao ler as crônicas do poeta. O senador registrou ainda que a obra de Drummond foi traduzida para dezenas de países.

– Drummond foi poeta, mas foi também cronista. Cronista, mas também contista. Contista, e ainda ensaísta. E mais fora, se para tanto engenho e arte mais vida houvera – disse.



José Alencar afirmou que Drummond foi um “fenômeno das letras nacionais”

“Declaro que nasci em Itabira, Minas Gerais, no ano de 1902, filho de pais burgueses, que me criaram no temor de Deus.”
(Carlos Drummond de Andrade, em autobiografia)

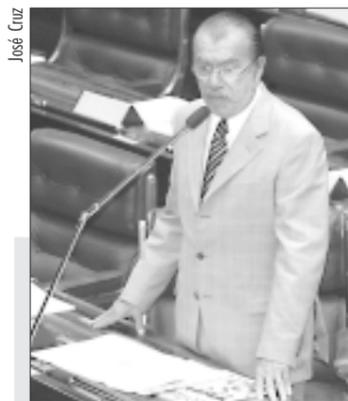


Sarney lembra “conversa com um santo no altar”

Ao imprimir um toque pessoal e emocionado à homenagem a Carlos Drummond de Andrade, o senador José Sarney (PMDB-AP) remexeu o baú das memórias para expressar sua admiração pelo poeta mineiro. Relembrando seu primeiro contato com o escritor no Rio de Janeiro, no final dos anos 40, Sarney disse ter entrado no local do encontro “como se entrasse em uma igreja” e conversado com ele “como se conversa com um santo no altar”.

“Saí dessa conversa cheio de graça”, comentou à época com o escritor maranhense Josué Montello, que o apresentou a Drummond, conforme relatou na quinta-feira em Plenário. Com 17 anos de idade nesse tempo, Sarney já havia dado os primeiros passos na vida literária e se tornou “leitor e devoto” da obra poética de Drummond. Uma poesia, aliás, “livre de adjetivo”, cujo manejo das palavras propicia a “transfiguração das coisas na sua eternidade”, ressaltou.

Além de assinalar a “extraordinária grandeza intelectual” de Drummond, o senador pelo Amapá ressaltou “a compreensão humana” presente em sua alma. E revelou um ponto de identidade entre os dois: a paixão nutrida pelas respectivas filhas. “Sua filha, Maria Julieta, era a concretude de sua criação”, afirmou. Sarney encerrou seu discurso, elogiando a sensibilidade do Senado de “colocar uma estátua à poesia”.



José Sarney elogia iniciativa do Senado de “colocar uma estátua à poesia”

Tião Viana destaca modéstia do poeta e celebração da utopia

“Declaro que nasci em Itabira, Minas Gerais, no ano de 1902, filho de pais burgueses, que me criaram no temor de Deus. Ao sair do grupo escolar, tomei parte da guerra européia (pesa-me dizê-lo) ao lado dos alemães. Quando o primeiro navio mercante brasileiro foi torpedeado, tive que retificar a minha posição. A esse tempo já conhecia os padres alemães do Verbo Divino (rápida passagem pelo Colégio Arnaldo, em Belo Horizonte). Dois anos em Friburgo, com os jesuítas. Primeiro aluno da classe, é verdade que mais velho que a maioria dos colegas, comportava-me como um anjo, tinha saudades da família, e



Tião Viana aponta homenagem ao líder comunista Luiz Carlos Prestes e vê semelhança com o momento político

todos os outros bons sentimentos, mas expulsaram-me por ‘insubordinação mental’.”

Ninguém melhor para falar de Carlos Drummond de Andrade do

que o próprio poeta. Foi o que ele pensou ao resolver fazer a sua autobiografia para a *Revista Acadêmica*. E foi com a leitura de trechos do texto que o senador Tião Viana (PT-AC) – autor do requerimento para a realização da sessão que homenageou, no Plenário do Senado, na última quinta-feira, o centenário do nascimento do poeta – exaltou curiosidades e um dos traços conhecidos desse itabirense: a modéstia. Drummond, na sua autobiografia, justifica a sua decisão como uma forma de castigar o seu orgulho, evitando adjetivos e palavras generosas com as quais o redator da revista pudesse querer gratificá-lo.

Tião Viana, que também foi o

autor do parecer ao projeto de lei da Câmara dos Deputados que estabeleceu 2002 como o Ano Carlos Drummond de Andrade, invocou a homenagem que o poeta fez ao fundador do Partido Comunista Brasileiro, Luiz Carlos Prestes, em 1945. Disse que a utopia a que Drummond se referiu está viva e está deixando de sê-lo no Brasil, nesse terceiro milênio. O senador relacionou-a com o momento político atual, com a vitória do presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva. “Há um Brasil novo nascendo”, ressaltou Tião Viana, que leu ainda, da tribuna, algumas poesias de Drummond e citou homenagens ao poeta como a realizada pela escola de samba da Mangueira, em 1987.

“Alguma Poesia” veio a público em 1930



Carlos Drummond de Andrade nasceu no dia 31 de outubro de 1902, na cidade de Itabira, localizada a 102 quilômetros de Belo Horizonte (MG), e faleceu no dia 17 de agosto de 1987, aos 85 anos, no Rio de Janeiro. Nono filho de uma família de fazendeiros, fez estudos secundários em Belo Horizonte e em Nova Friburgo (RJ), de onde foi expulso por “insubordinação mental”.

De volta à capital mineira, iniciou a carreira nas letras como redator do *Diário de Minas*, na época um dos epicentros do modernismo em Minas Gerais. Por pressão da família, entrou para um curso superior, formando-

se em Farmácia em 1925, profissão que não exerceu.

Em 1930 lançou o primeiro livro (*Alguma Poesia*), firmando-se rapidamente como um dos poetas mais originais da sua geração. Depois vieram outras obras fundamentais, como *Brejo das Almas* (1934), *Sentimento do Mundo* (1940), *A Rosa do Povo* (1945), e outros, numa bibliografia que reúne mais de 60 títulos. Poeta a vida inteira, dedicou-se também a outros gêneros, como a crônica, conto, literatura infantil e tradução.

Drummond foi funcionário público e aposentou-se em 1962, quando estava trabalhando no Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, no Rio de Janeiro, para onde havia se mudado em 1934. Entre esse ano e 1945 foi chefe de gabinete de Gustavo Capanema, ministro da Educação do governo Getúlio Vargas.

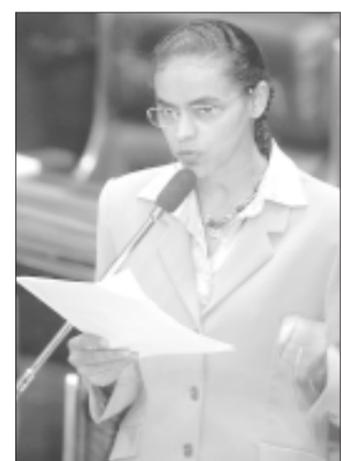
Para os críticos ele forma, junto com os portugueses Fernando Pessoa e Luís de Camões, a tríade de poetas fundamentais da língua portuguesa.

Marina comemora aumento da bancada feminina

A senadora Marina Silva (PT-AC) manifestou satisfação diante do aumento da bancada feminina no Senado, onde as mulheres passaram de cinco representantes para dez. “Somente o PT elegeu cinco, numa demonstração de que o partido e o povo estão sintonizados com o bom trabalho feminino que vem sendo desenvolvido na Casa”, observou.

Segundo Marina, a eleição de Lula para a Presidência da República terá repercussões múltiplas sobre o Brasil que nem sequer começaram a ser bem dimensionadas. De início, haverá a mudança de um Estado provedor e patrimonialista para um Estado participativo, em que o presidente e seus ministros farão política junto com a sociedade e não mais dirigida para a sociedade, disse. Marina observou que os políticos são eleitos para representar a população, não para substituí-la, e será preciso ouvir as reivindicações da sociedade, que, no atual momento, reclama crescimento econômico, geração de empregos e combate às desigualdades sociais.

A senadora avaliou que seu bom desempenho nas urnas (foi reeleita com 157 mil votos) e a reeleição do governador Jorge Viana demonstraram que suas diretrizes de ação parlamentar e de governo estadual – valorizando o desenvolvimento sustentado e tomando medidas para resgatar “aqueles que nada sabem, nada podem e nada têm” – encontraram eco junto à população.



Marina: “O PT e o povo estão sintonizados com o trabalho feminino no Senado”

Wilson propõe incentivo à agricultura familiar

Projeto obriga programas governamentais de combate à fome a adquirir alimentos produzidos por pequenos agricultores

O senador Carlos Wilson (PTB-PE) apresentou projeto de lei que obriga os programas governamentais de distribuição de alimentos a dar preferência à compra de gêneros oriundos de unidades produtivas de caráter familiar ou de pequeno porte. A matéria tramita, em caráter terminativo, na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

“Pretendemos dar segurança aos pequenos

proprietários, oferecendo-lhes preferência nas compras de produtos destinados aos programas de distribuição de alimentos e combate à fome”, explica Carlos Wilson na justificativa da proposta. Ao defender os interesses desse segmento, o senador pretende garantir a efetiva comercialização de produtos das unidades famili-



Segundo Carlos Wilson, medida contribui para dinamizar as economias locais

ares, ameaçadas pela “concorrência desleal” imposta pelos grandes produtores.

Outros reflexos positivos também seriam proporcionados por essa medida. Ao assegurar a compra dos excedentes de produção, o pequeno agricultor teria mais segurança para exercer sua atividade, o que serviria de estímulo à

seu permanência na zona rural. Carlos Wilson também teve a preocupação de incentivar a economia local ao atrelar a aquisição de gêneros alimentícios à região em que os mesmos serão distribuídos.

EFEITO BENÉFICO

Os argumentos levantados pelo senador pernambucano acabaram sensibilizando o senador João Alberto Souza (PMDB-MA), que ofereceu parecer favorável à matéria na CAE. “Entendemos que sua aprovação produzirá um efeito benéfico na fixação do homem no campo e, portanto, complementará os esforços vultosos de reforma agrária que a nação brasileira empreende e ajudará no equacionamento de muitos dos problemas sociais do nosso país”, afirmou. Ainda na justificativa do projeto, Carlos Wilson observa a unanimidade que cercava todas as correntes políticas sobre a necessidade de desenvolvimento agrário para o país.

Rondônia está livre da febre aftosa, diz Moreira

Detentor de um dos maiores rebanhos bovinos do Brasil, com 8 milhões de cabeças registradas, o estado de Rondônia, após exigência de vacinação, foi declarado livre da febre aftosa. A informação foi transmitida na quinta-feira pelo senador Moreira Mendes (PFL-RO), que citou a decisão do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento do último dia 22 de outubro, publicada na Portaria nº 543.

Esse reconhecimento ainda está circunscrito ao Brasil. Mas o Ministério da Agricultura já encaminhou à Organização Mundial de Saúde Animal (OIE) o pedido de ampliação das zonas brasileiras consideradas livres da aftosa, mas com a exigência de vacinação do rebanho. O estado de Rondônia foi incluído nessa solicitação. Assim que essa certificação for concedida, segundo os técnicos do ministério, os pecuaristas rondonienses poderão comercializar os seus produtos no Brasil sem res-



Moreira Mendes lembrou esforço do estado para superar problema

trição e terão chances de abrir as portas do mercado internacional.

Moreira disse que Rondônia tem condições que garantem competitividade nas exportações para países europeus e da América Latina, como Peru, Colômbia e Venezuela. Com ter-

ra barata, bons solos, boas pastagens e logística importante para a redução de custo de frete, como o escoamento pela hidrovia do Rio Madeira, o estado possui situação favorável para vendas ao exterior.

O senador lembrou iniciativas que mudaram a classificação do estado nas etapas para erradicação da doença. Em 1998, a pecuária rondoniense era enquadrada como de “risco desconhecido”, o que impedia a comercialização para fora do estado. Com investimentos de R\$ 76,4 milhões e uma parceria entre governo e iniciativa privada, o estado atravessou o estágio de “médio risco” antes de ingressar na penúltima etapa para a erradicação total da doença.

Superávit comercial pode beneficiar estados

Aguarda inclusão na ordem do dia, para votação pelo Plenário, proposta de emenda à Constituição (PEC) do senador Fernando Ribeiro (PMDB-PA) que beneficiará estados com saldo positivo na balança comercial. A PEC determina que a União repasse a esses estados 20% do produto da arrecadação do Imposto de Importação (II). A proposta recebeu parecer favorável da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), onde foi relatada por Antonio Carlos Júnior (PFL-BA).

Cada estado, estabelece também a PEC, deverá receber parcela proporcional ao saldo de sua balança comercial, sendo a participação limitada a 10% do superávit de cada unidade federada. Os valores recebidos deverão ser aplicados em obras de infra-estrutura econômica e sua manutenção, destinadas, preferencialmente, ao fomento das exportações.

Fernando Ribeiro considera que esses estados com superávit comercial, apesar de contribuírem com divisas para a União, estão sendo prejudicados pela legislação tributária, que os impede de



Ribeiro propõe incentivo fiscal para estados com saldo positivo na balança comercial

cobrar sobre os produtos exportados. A União, com a permissão de tributar produtos importados, e estados com déficit na balança comercial, pela cobrança do Imposto sobre Circulação de Mercadorias (ICMS) dos importadores, são, na análise do senador, os beneficiados pela atual legislação. Segundo o senador, o ICMS vinculado à importação somente em 2001 foi de aproximadamente R\$ 2,4 bilhões em todo o país e de R\$ 1,4 bilhão apenas no Rio de Janeiro e São Paulo – cujos portos e aeroportos são responsáveis pelo maior volume de importações do país.

O senador cita dados da Secre-

taria de Comércio Exterior (Secex) relativos a 2001, segundos os quais 17 estados foram responsáveis pelo saldo positivo de US\$ 2,6 bilhões na balança comercial do país. “Essa valiosa contribuição durante os últimos anos impediu que o déficit da balança comercial, pressionada pela elevada importação dos estados deficitários, provocasse o colapso cambial do país”, afirma.

LEIS INCOERENTES

Fernando Ribeiro considera que a “legislação anacrônica e incoerente” premia generosamente os estados que apresentam déficit nas balanças comerciais e punem duramente os que contribuem com saldos positivos de divisas para o orçamento cambial da União. Para o senador, essa situação representa um paradoxo num país que adotou o lema “exportar é a salvação”.

O parlamentar ressalta que sua proposta, além de corrigir distorção fiscal, constitui estímulo para incremento das exportações, uma vez que deverá engajar o governo estadual no esforço da iniciativa privada de aumentar exportações.

Pará inova na promoção do desenvolvimento sustentável

O senador Luiz Otávio (PPB-PA) destacou o sucesso do Projeto Carauá, planta amazônica cultivada para a produção de cordame, implementado pelo governador do Pará, Almir Gabriel (PSDB). O projeto tem como objetivo promover o desenvolvimento sustentá-



Brasileiro tem potencial para superar desafios, diz Luiz Otávio

vel na Região Norte, proporcionando trabalho, renda e dignidade para a população, em harmonia com a preservação ambiental.

A atividade envolve o governo do estado do Pará, órgãos de pesquisa científica e a iniciativa privada na produção de mudas pela Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater), financiamento aos produtores pelo Banco da Amazônia para o plantio e aquisição de máquinas e isenção de impostos.

O senador Luiz Otávio informou que o governo do Pará já está em entendimento com empresa pau-

lista para o uso do carauá na indústria automotiva, como substituto para a fibra de vidro. As vantagens do carauá sobre as fibras artificiais seriam o menor custo, a leveza, a resistência, o baixo consumo de energia para sua produção e o fato de ser reciclável.

SUPERAÇÃO

O senador lembrou a importância da compatibilização do desenvolvimento com o equilíbrio ecológico, que vem sendo perseguida por todos os países, ressaltando que iniciativas como esta sintonizam o Pará com o resto do mundo.

– O Projeto Carauá é prova da luta do povo do meu estado para construir o progresso e o desenvolvimento econômico, como também é exemplo de que o brasileiro, quando tem oportunidade, é capaz de superar quaisquer crises – disse ele.

Requião pede renúncia da direção do PMDB

Governador eleito do Paraná, o senador Roberto Requião (PMDB) exigiu em Plenário a renúncia da cúpula dirigente do seu partido e convocação de convenção nacional para decidir os rumos da legenda em relação ao governo Lula. Requião não reconhece a



Requião: convenção deve decidir postura do partido em relação ao governo Lula

Fotos: José Cruz

na condução do processo político-partidário. Mas condiciona o perdão ao cumprimento de um rito específico, inspirado na doutrina católica: arrependimento, confissão pública e penitência.

CENSURA

As considerações de Requião sobre a conduta do PMDB na eleição presidencial não se restringiram ao Plenário do Senado. Segundo informou, as mesmas foram objeto de entrevista ao *Jornal do Brasil*, mas sua publicação teria sido "censurada" pelo líder do partido no Senado, Renan Calheiros (AL). "Não entendo que o Renan leia antes a entrevista que dei, reclame dela e no dia seguinte saia a dele e a minha seja suprimida", protestou.

Em aparte, o senador José Fogaça (PPS-RS) expressou apoio a Requião ao também cobrar de seu partido postura "clara e ética" frente ao próximo governo. "Não pode haver adesismo do PPS em troca de vantagens e favorecimento pessoal", disse.

Diante das dificuldades de Lula em montar a base de apoio parlamentar, Fogaça teme que seja instalado um "bazar persa" no Congresso, abrindo-se o flanco para uma composição política baseada em trocas de interesses, influências e vantagens pessoais.

legitimidade da reunião da Executiva do partido com os cinco governadores eleitos, anunciada para esta semana, com o objetivo de definir se o PMDB fará oposição ou se vai aderir à gestão do PT na Presidência da República.

— Mal orientado e conduzido, o PMDB afundou em um tremendo desastre eleitoral — afirmou, em alusão ao apoio à candidatura do senador José Serra (PSDB-SP). Requião lembrou "ter brigado muito" para que seu partido tivesse uma posição independente, "afinada com os anseios de mudança da população brasileira", e candidato próprio a presidente da República. No entanto, a sigla, disse, teria optado por "uma posição arcaica de adesismo remunerado".

— Estranho a arrogância dos líderes (do PMDB) que passam por cima das bases partidárias e fazem alianças absurdas que só atendem ao fisiologismo — declarou. Requião disse estar disposto a "perdoar os erros" desses dirigentes

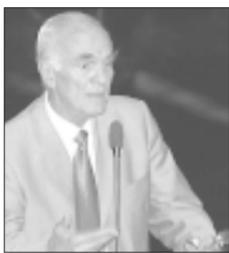
Saturnino proporá audiência sobre a situação da Varig

Ao declarar sua preocupação com notícias sobre a situação financeira da companhia de aviação Varig, o senador Roberto Saturnino (PT-RJ) comunicou que vai apresentar, na reunião de amanhã da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), requerimento para realização de audiência destinada a debater o assunto. Ele pretende reunir os presidentes da Varig, da Fundação Rubem Bertha, do Comitê de Credores da empresa e do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

Saturnino relatou que a Varig acabou de implementar um ajuste "grave e profundo" em sua estrutura, com cortes de custos e despesas e o saneamento finan-

ceiro de diversos setores. Isso foi feito, disse, para fazer frente aos débitos firmados pela empresa com seus principais credores.

— Agora que a empresa de aviação está em condições de satisfazer seus compromissos, as informações dão conta de que o Comitê de Credores está fazendo exigências que são, ao que parece, injustificáveis — afirmou. Essas novas condições, disse, podem obrigar a Varig a fazer mais ajustes, inclusive o cancelamento dos vôos internacionais.



Saturnino quer ouvir credores e presidentes da empresa e do BNDES

Transição será planejada e consistente, diz Juvêncio

Para o senador, Lula "tem muita sorte política" por estar assumindo o poder nas condições proporcionadas por Fernando Henrique Cardoso

Pela primeira vez na história, o Brasil terá uma transição planejada e tecnicamente consistente, que abre para o presidente eleito, Luiz Inácio Lula da Silva, "a rara oportunidade" de estruturar-se antes de assumir o governo em janeiro, afirmou o senador Juvêncio da Fonseca (PMDB-MS). Para ele, o futuro presidente "tem muita sorte política" por estar assumindo o poder nas condições proporcionadas pelo governo de Fernando Henrique Cardoso.

Juvêncio fez votos para que Lula coloque em prática seu programa de governo, mas observou que os desafios são imensos, a começar pelo quadro internacional, que, a seu ver, é perigoso. Como exemplo, citou a retração acentuada da atividade econômica nos Estados Unidos, Europa e Japão,



Juvêncio observou que são imensos os desafios que o novo presidente da República enfrentará

que "tem vitimado países emergentes como o Brasil, de maneira drástica e persistente".

Embora reconheça que a maioria do povo brasileiro deposite em Lula a esperança de redução das desigualdades sociais e de supe-

ração da miséria e da fome, Juvêncio da Fonseca alertou para a possibilidade de as mudanças propostas na campanha eleitoral não serem transformadas em realidade, "gerando um acúmulo perigoso de frustração e revolta".

Ele também aconselhou o futuro presidente a ter parcimônia e humildade para ouvir a oposição responsável que o PMDB deverá fazer.

Juvêncio da Fonseca disse acreditar que o novo presidente, a exemplo de Fernando Henrique Cardoso, atenderá às principais demandas do estado de Mato Grosso do Sul, com destaque para a melhoria da malha rodoviária, como a restauração da BR-262, no trecho de 220 quilômetros entre os municípios de Miranda e Corumbá.

Jucá anuncia apoio do PSDB para que governo Lula cumpra promessas

O senador Romero Jucá (PSDB-RR) anunciou em Plenário que ele e seu partido darão amplo apoio ao governo eleito, para que o PT possa cumprir todas as promessas que fez à sociedade brasileira na campanha presidencial, inclusive a redução do número de excluídos, um salário mínimo mais elevado e aumento salarial para os servidores públicos.

Jucá assegurou que haverá apoio total do PSDB, na Comissão Mista de Orçamento (CMO) e no Plenário do Senado, de forma que os petistas façam as modificações que considerarem necessárias no Orçamento da União para 2003, tornando-o compatível com o perfil do futuro governo.

— Nós até achamos muito bom que se dê aumento aos servidores públicos, pois os senadores, que estão há muito tempo com o mesmo salário, poderão também ter reajuste.

O senador admitiu até que, a partir de janeiro próximo, o PT possa elevar o salário mínimo para R\$ 400, valor que consta de

projeto do deputado Paulo Paim (PT-RS), mesmo sabendo que para cada real a mais adicionado ao mínimo sejam gerados mais R\$ 165 milhões em despesas da Previdência Social.

— Nós vamos discutir o orçamento que o PT quiser, de modo a que o partido possa fazer as mudanças que prometeu — afirmou.

Jucá destacou ainda que, pela posição já reiterada pelo senador Geraldo Melo (PSDB-RN), líder do partido no Senado, haverá, com relação ao governo de Luiz Inácio Lula da Silva, uma posição que será marcada pela colaboração e respeito. "Nós não vamos fazer com o PT o que esse partido fez conosco."

OPOSIÇÃO

Jucá disse que o resultado do pleito "foi insofismável", mostrando que, embora tenha feito muito para a maioria da população, o atual governo não fez o necessário, na avaliação dos eleitores. Diante disso, ele declarou que o PSDB preferiu assumir um posicionamento de colaboração e oposição construtiva para com o futuro governo. Parafrazeando o poeta Carlos Drummond de Andrade, homenageado quinta-



Romero Jucá: "Não vamos fazer com o PT o que esse partido fez conosco"

feira pelo Plenário, Jucá disse que o PSDB não pretende "colocar nenhuma pedra no caminho" do presidente Lula.

O senador chamou de exemplar o posicionamento do presidente da República no período de transição. "O presidente está escrevendo uma história diferente da democracia no Brasil, dando um exemplo nessa transição, que será cobrado nas próximas transições presidenciais."

Em aparte, a senadora Marina Silva (PT-AC) também elogiou o formato da transição presidencial, feita, segundo ela, "em sintonia respeitosa e fraterna". Ela ressaltou que o PT tem muito a aprender com o governo atual.

Alcântara vê avanços da psiquiatria no país

Senador pediu a aprovação de leis voltadas para a melhoria das condições de vida dos doentes mentais. Também defendeu a realização de campanha pelos meios de comunicação para acabar com preconceitos

O senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) afirmou, em discurso na quinta-feira, com bases em dados da Organização Mundial de Saúde (OMS), que, dos aproximadamente 340 milhões de pessoas que sofrem, em todo o mundo, alguma forma de desordem neuropsiquiátrica, só 25% têm acesso a tratamentos adequados. Embora não constituam causa direta de óbito, a depressão, esquizofrenia, demência, retardamento mental, estresse pós-traumático e epilepsia, segundo a entidade, contribuem para a redução da expectativa de vida, além de conduzir ao suicídio, motivo da morte de um milhão de pessoas por ano.

Alcântara aproveitou a passagem do Dia Mundial da Saúde Mental, comemorado recentemente, para falar sobre as doenças neuropsiquiátricas e celebrar os avanços obtidos pelo Brasil no

atendimento aos portadores dessas moléstias. Como exemplo, citou o Programa Saúde Mental, conduzido pelo então ministro da Saúde José Serra, que imprimiu ampla reforma na assistência psiquiátrica. O senador destacou que o programa busca reduzir a média diária de permanência hospitalar no Sistema Único de Saúde (SUS) de 49 para 40 dias de 5.500 pacientes, garantindo-lhes incentivo-bônus para assistência, acompanhamento e integração fora da unidade hospitalar.

Alcântara citou estimativas feitas pelos professores Miguel Jorge e Jair Mari, do Departamento de Psiquiatria da Escola Paulista de Medicina, segundo as quais no Brasil uma entre quatro pessoas deve apresentar transtorno mental ao longo da vida e 34 milhões de brasileiros estão, neste momento, sofrendo de um dos segmentos da



José Cruz

Lúcio Alcântara destacou o êxito do Programa Saúde Mental, implantado pelo então ministro José Serra

moléstia. No ano passado, quando da sanção da Lei da Reforma Psiquiátrica, o então ministro José Serra reconheceu que, no país, perto de cinco milhões de doentes necessitavam de tratamento regular, lembrou o senador.

As previsões da OMS para a próxima década são alarmantes, ainda segundo Alcântara. A crescen-

te violência, o abuso do álcool e de outras substâncias psicoativas têm ocasionado o aparecimento de moléstias neuropsiquiátricas em contingentes populacionais cada vez mais jovens.

O senador destacou um lado positivo relacionado à questão da saúde mental: a atuação dos profissionais da saúde, que, obser-

vou, estão conseguindo mostrar ser possível organizar uma consolidada rede de assistência, inclusive com o apoio da opinião pública. Alcântara destacou as oficinas terapêuticas, os núcleos de atenção psicossocial, os grupos psicoterápicos de diversas tendências, a enfermagem psiquiátrica, a fisioterapia, a fonoaudiologia, a terapia ocupacional, a musicoterapia e a arteterapia.

De acordo com Alcântara, no âmbito do Congresso Nacional, deve-se articular a aprovação das leis que promovam os direitos da pessoa assistida em saúde mental, como moradia, passes de ônibus e bolsas de trabalho. Deve-se, igualmente, promover um movimento nos meios de comunicação de massa, visando reverter o preconceito em relação ao que se convencionou chamar de doença mental.

Doente de fibrose cística pode ter remédio grátis

Os portadores de fibrose cística – doença que compromete os sistemas respiratório e digestivo – poderão receber medicamentos gratuitos, caso seja aprovada emenda do senador Antonio Carlos Júnior (PFL-BA) ao projeto do senador Tião Viana (PT-AC) dispondo sobre distribuição gratuita de remédios aos portadores de hepatites agudas e crônicas, pelo Sistema Único de Saúde (SUS).

Segundo Antonio Carlos Júnior, sua emenda beneficiará, no país, cerca de 2.500 crianças internadas. Por falta de tratamento adequado, a expectativa de vida desses brasileiros não passa de 14 anos, enquanto nos Estados Unidos sua vida média é de 31 anos, observou.

O projeto tramita na Comissão de Assuntos Sociais (CAS), onde o relator, senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE), deu parecer favorável à proposta e à emenda.

Na justificativa de sua emenda, Antonio Carlos Júnior afirma que a maior sobrevivência dos afetados pela fibrose cística ocorre com pacientes tratados em centros onde há atuação de equipe multiprofissional. Os objetivos da



Roosevelt Pinheiro

Antonio Carlos Júnior diz que sua emenda beneficiará cerca de 2.500 crianças internadas

equipe são a manutenção adequada da nutrição e crescimento normal, prevenção e terapêutica agressiva das complicações pulmonares, estímulo à atividade física e suporte psicossocial.

A abordagem profilática precisa enfatizar, além da imunização habitual, vacinas anti-*Haemophilus*, vírus *Influenza* e hepatite B, observa ele. No Brasil, há grande dificuldade para se adquirir esses medicamentos e suplementos nutricionais especiais, tanto na rede pública quanto nas farmácias privadas, devido ao alto custo dos mesmos, por serem fabricados no exterior, explica o senador pela Bahia.

Projeto determina fabricação de soro antiofídico que dispensa geladeira

Projeto de lei apresentado pelo senador Tião Viana (PT-AC) determina que pelo menos 50% das doses de soro antiofídico para uso humano, produzidas e importadas por laboratórios e empresas sediadas no Brasil, deverão estar sob a forma liofilizada. Ao contrário do soro na forma líquida, o liofilizado dispensa o uso de geladeira para sua conservação e mantém a eficácia por dez a 15 anos. A matéria está tramitando na Comissão de Assuntos Sociais (CAS) e tem como relator o senador Sebastião Rocha (PDT-AP).

Na justificativa do projeto, o senador argumenta que a maior parte dos acidentes ofídicos ocorre na roça e no mato, longe dos serviços de saúde e de refrigeradores. Por reconhecer essa limitação, em 1981, a Organização Mundial de Saúde (OMS) já recomendava aos países localizados nos trópicos que passassem a utilizar a forma liofilizada do soro, ao invés da líquida, lembra o senador.

No Brasil, informa Tião Viana, a cada ano registram-se cerca de 20 mil acidentes por picada de co-

bra, com a ocorrência de 110 óbitos. Os trabalhadores rurais jovens, atingidos principalmente em seus pés, pernas, mãos e antebraços, são as principais vítimas.

– A mudança não exige investimentos vultosos em equipamentos e instalações, pois é possível que aproximadamente US\$ 500 mil permitam equipar os três laboratórios produtores nacionais – afirma ele.



José Cruz

Tião Viana diz que mudança proposta não exige investimentos vultosos

Como é feito o medicamento

O tratamento mais eficaz contra a picada de cobra é o soro antiofídico, obtido a partir do sangue do cavalo. O processo é demorado e dá-se basicamente da seguinte forma: o veneno do animal peçonhento é extraído, diluído e aplicado em um cavalo por dias seguidos, até que seu organismo tenha produzido anticorpos. Processo que dura, em média, seis semanas. Em sua fase final, o sangue é retirado e passado por um processo para a retirada dos anticorpos. Após a extração, ele é seco e liofilizado (processo de remoção total de água) para armazenamento, sendo mantido em freezer. Para ser utilizado no processo de produção do soro antiofídico, o veneno recebe solução fisiológica para tornar-se líquido novamente. No Brasil são produzidos basicamente soros antiofídicos contra jararacas, cascavel, surucucu e cobra coral. Sua distribuição é feita pelo Ministério da Saúde.

A sessão de quinta-feira do Senado Federal foi presidida pelos senadores Ramez Tebet, Edison Lobão, Antonio Carlos Valadares e João Alberto Souza